



## TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Reclamação n.º 1195/09

5.ª Secção

1.

**ZON MULTIMÉDIA – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, S.G.P.S., S.A. e ZON TV Cabo Portugal S.A.**, vieram reclamar do despacho que não admitiu o recurso incidente sobre o despacho que lhes indeferiu o pedido de prorrogação do prazo para impugnação judicial da decisão da autoridade administrativa.

O indicado despacho de não admissão, "*grosso modo*", sustenta essa sua posição na circunstância de se estar perante um despacho intercalar, sendo certo que o mesmo não se enquadra na previsão do n.º 2, do art.º 73.º do Dec.-Lei 433/82, de 27 de Outubro, pelo que não é recorrível.

As Reclamantes na sua Doute alegação entendem que o recurso é admissível, por o indicado art.º 73.º do RGCOG versar *apenas sobre a recorribilidade das decisões ou despachos judiciais proferidos no âmbito de impugnação judicial de decisão da autoridade administrativa*, sendo certo que no caso se estará perante *um despacho judicial que indefere uma pretensão das arguidas dirigida directamente ao Tribunal a quo e decidida por este em primeira mão*.

Refere ainda que o despacho reclamado não fundamenta adequadamente a parte em que alude ao art.º 486.º, n.º 6, do Código de Processo Civil.

2.

Em causa nesta Reclamação está pois o saber se o despacho que não admitiu o recurso que recaiu sobre a decisão que indeferiu o pedido de prorrogação do prazo para impugnação judicial da decisão da autoridade administrativa é o que melhor interpretação faz do regime de recursos em sede do RGCOG.



## TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

É sabido que em processo penal vigora o princípio da recorribilidade das decisões judiciais<sup>1</sup>.

Conforme tem sido entendimento da Presidência deste Tribunal da Relação de Lisboa e que aqui se perfilha<sup>2</sup> *"a garantia plena de recurso das decisões jurisdicionais que, no processo criminal, está consagrado no art.º 32.º, n.º 1 da CRP como integrante das garantias de defesa asseguradas, não está previsto especificamente para o processo contra-ordenacional.*

Conforme temos decidido<sup>3</sup>, *não são recorríveis decisões judiciais proferidas no âmbito do recurso de impugnação judicial que não sejam a sentença ou o despacho proferido nos termos do art.º 64.º e, mesmo quanto a estes, apenas se verificado o condicionalismo referido no art.º 73.º, n.º 1 ou, quanto à sentença, se a relação aceitar recurso da sentença em caso de manifesta necessidade à melhoria da aplicação do direito ou à promoção da uniformidade da jurisprudência. Não faria sentido que o legislador tivesse querido restringir o direito de recorrer quanto a decisões jurisdicionais como a sentença ou o despacho equivalente do art.º 64.º RGCO e o tivesse querido alargar a quaisquer outros despachos judiciais proferidos no âmbito de recurso de impugnação da decisão administrativa.*

Mas não há, por esse motivo, uma limitação inadmissível, do ponto de vista constitucional, do direito ao recurso, sendo uma opção legislativa relativamente a certo tipo de decisões que não cabem no âmbito da natureza penal propriamente dita.

No âmbito do direito "contra-ordenacional", o direito ao recurso restringe-se apenas a sentenças ou decisões equivalentes que, pelo valor das coimas aplicadas, ou pela restrição de direitos fundamentais ou se, pela rejeição foi afectada a possibilidade de apreciação da decisão administrativa por uma instância de recurso, se revistam de uma certa importância. No processo contra-ordenacional, aliás, as preocupações constitucionais reportam-se

<sup>1</sup> Artigos 32.º, n.º 1, da Constituição da República, e 399.º, n.º 1, do Código de Processo Penal.

<sup>2</sup> Reclamação n.º 10996/08, do 9.ª Secção.

<sup>3</sup> Nomeadamente nos recursos 6346/03 e 10030/04 – 5ª secção



## TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

*especificamente, não como no processo penal, ao direito de defesa em que se inclui o direito do recurso, mas à garantia dos direitos de audiência e defesa do arguido (art.º 32.º, n.º 10 CRP). E essa não se mostra posta em causa pelo facto de não ser admissível recurso de decisões que não as acima indicadas, tanto mais que relativamente a decisões que visem a correcção da sentença, mesmo no Direito Processual Penal, passarão as mesmas a fazer parte integrante da sentença pelo que, perdendo autonomia, serão todas as questões a ela atinentes apreciadas no recurso da decisão final."*

Acrescentaremos ainda que não se vê porque forma a limitação imposta e ora descrita não seja ela também aplicável aos despachos proferidos pelo Meritíssimo Juiz, em primeiro grau de decisão, razão pela qual não se concorda com a posição assumida pelas reclamantes.

Entendemos assim que, no caso, estando em causa uma decisão intercalar, não há efectivamente lugar a recurso.

Tanto basta para que se considere infundada a presente reclamação, mostrando-se prejudicado o fundamento subsidiário invocado no despacho reclamado e que as reclamantes também atacavam (questão da aplicação subsidiária e por analogia do Código de Processo Civil) .

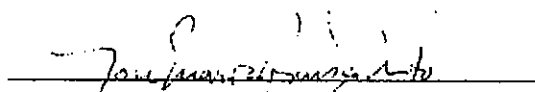
3.

Assim, por todo o exposto, indefere-se a presente reclamação.

Custas pelas reclamantes.

Notifique.

Lisboa, 18 de Março de 2010.

  
José Maria Sousa Pinto

(vice-presidente do Tribunal da Relação de Lisboa)